

ROMARIA DO CAARÓ:
Entre a Educação Histórica e a Educação Patrimonial

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos¹

O Questionamento: A Romaria e o evento do martírio

O nosso objeto de pesquisa é uma expressão cultural que ocorre no município de Caibaté, interior do Rio Grande do Sul desde 1933: a Romaria do Caaró, onde está também o Santuário do Caaró, lugar da memória missioneira, que liga, vincula a memória do presente ao passado. Para as pessoas que o freqüentam trata-se de um lugar sagrado, uma referência ao martírio ocorrido em 15 de novembro de 1628. Nele, o missionário Roque Gonzalez de Santa Cruz foi trucidado por alguns infiéis – que jamais foram fiéis ao cristianismo. Na seqüência, num momento não tão distante, dois outros missionários foram martirizados: Afonso Rodrigues e Juan Del Castilhos. Todos eram jesuítas e estavam a serviço da Companhia de Jesus e da Corte de Espanha governada pelo rei Felipe IV de Espanha. O martírio – acontecimento – manteve-se vivo nas lembranças de poucos (principalmente da Companhia de Jesus) aproximadamente por três séculos, até que em 1927 foi recuperado, reconstruído ao sabor do catolicismo ultramontano e transformado num evento de grandes proporções para seduzir os católicos, conquistar os corações e as mentes dos não católicos, rediscutir as narrativas históricas missioneiras, cristãs e rever a própria história sul-rio-grandense, incrementando o espaço de disputas entre os historiadores que construíram discursos historiográficos de matriz platina ou de matriz lusitana,² que aprofundaram o debate da formação sul-rio-grandense no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Contudo, para as populações seduzidas por lances narrativos, intervenções divinas na história, guiadas pelo sagrado, o evento do martírio passou a ter significados

¹ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM), atua nos Programas de mestrados Profissionalizante em Patrimônio Cultural e Acadêmico em História, ambos na UFSM. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

² GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

próprios, com suas ressignificações individuais e coletivas e, desde 1927, a história da comunidade local da atual Caaró, passou a ser reconstruída e ressignificada a partir da premissa do martírio e de seus atores históricos – os três santos mártires. Dessa maneira, a comunidade local e a Igreja Católica passaram a construir socialmente a romaria, ou seja, a peregrinação religiosa organizada por um grupo de pessoas da igreja católica no local definido como sagrado. Na atualidade, a Romaria do Caaró movimenta a população de Caibaté e os romeiros pagam promessas, agradecem ou pedem graças, ou simplesmente vão ao evento por devoção, podendo ser feita a pé ou em veículos. No bojo da romaria está o turismo religioso, já que o Santuário do Caaró recebe turistas de diferentes lugares da região, do país e do exterior, movimentando a economia regional.

Exposto o enunciado, compreendemos que, conforme o evento da romaria foi sendo construído, efetivado e consolidado, passou a reunir pessoas empenhadas na construção e divisão de novos conhecimentos, muitos dos quais imbuídos do espírito investigativo para melhor compreender, conhecer, entender e transformar a realidade que os cerca, portanto, exercendo uma ação educativa. As pessoas ao fazerem essa ação educativa levam em conta o patrimônio cultural local, portanto, estão fazendo a Educação Patrimonial. Contudo, entendemos que a Educação Patrimonial está intrinsecamente ligada, articulada à Educação Histórica, à consciência histórica³ que a comunidade local possui de si, dos outros, de suas expressões culturais, das leituras possíveis que se fazem sobre o passado da comunidade local, da Romaria do Caaró, dos Três Mártires, do Santuário, da oralidade, das diferentes narrativas. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concebe Educação Patrimonial como todos os processos educativos que primam pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio

³ Segundo Rüsen: “Consciência Histórica é uma categoria geral que não apenas tem relação com o aprendizado e o ensino de História, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experimenta o passado e se o interpreta como história.” RÜSEN, Jörn *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora *et al.* (organizadores) **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: EdUFPR, 2010. p. 36.

cultural diversas. Nesse sentido, a romaria, o santuário, as relíquias, são os lugares da memória missioneira na região.⁴

A Educação Patrimonial em Caibaté parte da reflexão das sociedades do tempo presente, as quais geralmente recorrem ao seu passado como forma de legitimar idéias, crenças e prováveis modelos, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. Através das representações estes elementos atuam no imaginário coletivo rememorando eventos do passado como forma de exemplificar fatos que podem, ou não, serem tomados como exemplos para o presente. Estas características de recorrência ao passado podem ser sentidas nos eventos do cotidiano, na política, na economia e, principalmente, na legitimação do patrimônio cultural.

No início eram os imigrantes

As origens da Romaria do Caaró remontam 1927, contudo a sua oficialização ocorreu em 1933, quando um grupo de católicos começou a sacralizar o espaço onde se concretiza o atual santuário. Antigamente, a atual cidade de Caibaté era a antiga Colônia Rondinha (ligada ao município de São Luiz Gonzaga), cuja base social se compunha de imigrantes de origens italiana, alemã e polonesa. Depois, a comunidade passou ser denominada de Santa Lúcia. Em meados da década de 1920 os católicos tinham dificuldade de assistência religiosa, conforme relata D. Estanislau Wolski na obra “*Polyantéa Missioneira*”, publicada em 1940, uma narrativa sobre as origens das primeiras romarias, seus sentidos e suas necessidades. D. Estanislau era antigo pároco de São Luiz Gonzaga e em sua obra enfatiza e define o local do evento:

O local do martírio de Roque Gonzales está dentro do triangulo cujas linhas se foram entre S. Miguel – S. Lourenço – foz do arroio Urubú-caarú –, tal deve ser o ponto, conforme vai delineado num mapa de 1744 [...] Si ainda falta um marco histórico, não falta outro marco mais durável: é a gratidão, a admiração e a veneração que a população missioneira volta a seu fundador, a romaria de 3.000 pessoas no dia 15 de novembro de 1928.⁵

⁴ NORA, Pierre. *Entre a memória e história: a problemática dos lugares*. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, nº 10, 1993.

⁵ WOLSKI, Estanislau. **Polyantéa Missioneira**. Reimpressão de 1940. Caibaté: CERMISSÕES, 2006. p. 29.

Os imigrantes católicos que viviam na comunidade local de Santa Lúcia, seduzidos pela fala sagrada dos padres, iniciam a ressignificação do evento do martírio dos jesuítas no século 17: Roque Gonzalez de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e Juan Del Castilhos, cujas narrativas históricas remetem ao trucidamento dos mesmos por um grupo de nativos contrários à evangelização cristã. Os nativos eram liderados pelo cacique Nheçu, líder guarani que possuía autoridade máxima no território, contudo adotamos a abordagem de Paulo Rogério Melo de Oliveira de que o martírio de Roque González foi o resultado de uma tensão criada pela oposição de universos radicalmente diferentes.⁶

Na década de 1930 o local é ressignificado e transformado gradativamente em “lugar da memória” missioneira, para onde se dirigem os peregrinos, embasados na tradição e narrativas orais, erguem o santuário em honra aos jesuítas mártires, centro de uma romaria que ocorre todos os anos no terceiro domingo de novembro. Movidos pelo sentimento de gratidão, os peregrinos se movem de forma inquestionável para o local do evento, sem a dúvida do “e se” [realmente e se não fosse ali]. A trajetória parece consolidada em 29/12/1944, quando da assinatura do Decreto-Lei 72 pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, que alterava o nome de distrito de Santa Lúcia para Caibaté, já conhecida como a cidade “Coração das Missões” ou “Terra dos Mártires”, o reconhecimento e a designação de que o martírio “de fato” ocorrera ali.

Desde então, o sentimento de pertença da comunidade local à identidade missioneira com sua historicidade, se efetiva entre as populações locais. Contudo, permeia esse sentimento de pertencimento o sentimento de gratidão para com os antepassados, buscando a veneração dos lances de intervenção divina na história a partir do protagonismo dos santos mártires, isso porque as comemorações da romaria estão ligadas ao seu insigne Roque González de Santa Cruz. A consciência histórica do

⁶ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo. **O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñezú.** Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre: UFRGS, 2009, tem como temática o encontro entre os jesuítas e os guaranis, bem como a morte do padre Roque González. De maneira geral, o trabalho remete-se a evangelização na Província Jesuítica do Paraguai, com ênfase no encontro entre índios e jesuítas. Neste sentido, o historiador a partir do passado busca nas experiências do presente analisar o turismo e a construção das identidades regionais. Um dos argumentos defendidos pelo historiador é o de que o martírio de Roque González foi o resultado de uma tensão criada pela oposição de universos radicalmente diferentes. Sendo que uma das fontes documentais utilizadas pelo historiador refere-se às cartas e crônicas jesuíticas, as quais ele utiliza como ponte de acesso ao passado, isso com o intuito de perceber as condições em que essas cartas foram produzidas, bem como a sua apropriação pela historiografia jesuítica.

período em que viveu o personagem se fixa na denominada “melhor imagem”, ou seja, aquela que está permeada de acontecimentos relevantes, “edificantes” da fé cristã, tornando-o o primeiro dos peregrinos em busca de “salvação” de almas, de seres humanos. Nesse sentido, são evidenciados alguns momentos, entre os quais: a fundação da Redução de São Nicolau do Piratini, em 26 de abril de 1626. Esses momentos são corporificados na conquista espiritual empreendida às comunidades guaranis, ressaltando os episódios de sucesso dos jesuítas em missões. Nas narrativas populares esse processo é brutalmente interrompido pela morte dos padres, num lance de luta entre o sagrado e o profano. Essa é a referência ao evento de 15 de novembro de 1628, a qual as comunidades locais atuais, particularmente Caibaté, são partícipes.

Do evento ficam os primeiros milagres: a metáfora que compreende que o sangue dos mártires “banhou a terra missioneira”, batizando-a, sacralizando-a, e; a primeira grande relíquia – *o coração do missionário*, comum nas narrativas hagiográficas, os objetos preservados para fins de veneração, uma peça associada à história de Roque Gonzalez e da presença jesuítica no oeste do Rio Grande do Sul, no período colonial. A relíquia está guardada em relicário na Catedral de Assunção, no Paraguai,⁷ e recentemente, na romaria de 2010 o santuário foi agraciado com uma partícula dessa relíquia, para ser venerada. No imaginário coletivo e popular fica o registro de que o coração de Roque permaneceu intacto após a sua morte, por isso transformando-se em relíquia, aceito por todos os romeiros, peregrinos, fiéis e visitantes. Posteriormente os jesuítas Roque Gonzalez, Afonso Rodríguez e São João del Castillos foram canonizados e particularmente Roque, em 16 de maio de 1988, em Assunção pelo Papa João Paulo II. Mas, o Santuário também possui uma fonte d’água, considerada a “fonte milagrosa”, local em que o missionário teria batizado os guaranis e rezado a última missa antes de morrer, confirmando o local como sagrado.

Desde a década de 1930, a Igreja Católica – inicialmente a Companhia de Jesus e atualmente o clero diocesano do bispado de Santo Ângelo – tem se empenhado em construir uma representação do passado missioneiro que confirme o martírio dos padres no local, persuadindo e mobilizando as comunidades próximas e de outras regiões, estados, países para a organização e consolidação da Romaria do Caaró, ou a Romaria

⁷ Roque Gonzalez de Santa Cruz nasceu no Paraguai, por isso que a peça central da relíquia está guardada na catedral de Assunção do Paraguai.

dos Santos Mártires. Desde a sua construção até o presente este é o principal, senão o único evento do município de Caibaté, de relevância cultural e de atrativo turístico para a localidade.

Concomitante ao ato – a romaria – foi construído o Santuário do Caaró, lugar onde foi localizado, em janeiro de 1933, pelo historiador e membro do IHGRS, jesuíta Luiz Gonzaga Jaeger, o martírio de Roque Gonzalez, já definido na época como o primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul. A exatidão ficou por conta do pesquisador Jaeger, que após estudos em mapas, documentos antigos e escavações arqueológicas, foi fixado o lugar denominado "CAARÓ", distante 14 km de Caibaté. Desde então, anualmente, no penúltimo domingo de novembro, aproximadamente 5.000 a 10.000 pessoas se deslocam para o local. Nele existe uma fonte de águas naturais consideradas milagrosas e no acesso da capela até a fonte, estão às estações da via-sacra, em pequenas grutas em concreto que contém a imagem de cada estação. Sendo este o lugar da memória do martírio e da via-sacra.

Entre a História e a Memória: a consciência histórica e a preservação patrimonial.

Desde 2005 a nossa intervenção na comunidade de Caibaté e no Santuário do Caaró tem sido no sentido de perceber através da recuperação da memória dos habitantes os acontecimentos que compõem a consciência histórica do evento: a Romaria do Caaró, sua historicidade, suas representações e o seu imaginário popular. Entendemos que estamos contribuindo com a comunidade no sentido de valorizar e preservar o patrimônio cultural da região, tanto o imaterial quanto o material. Entendemos o patrimônio cultural caibateense como o conjunto de manifestações, realizações e representações da própria comunidade local.

Mesmo que as nossas observações estejam voltadas para a Romaria e o Santuário, estamos atentos para outros sinais, atividades, expressões que são partes integrantes do evento como as diferentes pessoas, seus comportamentos, gestos, maneiras de agir e de se comportar, os gêneros, as linguagens, as percepções expressas nas formas de caminhar, cantar, dançar, representar, as vivências antes-durante-depois da Romaria, desde as residências, escolas, praças, espaços religiosos. As manifestações

culturais do Caaró fazem parte do cotidiano dos caibateenses, que sentem prazer, orgulho em falar sobre o assunto, estabelecendo as identidades que definem os valores que defendem. É esse patrimônio missioneiro do Caaró que faz os caibateense serem como são.

A compreensão de Educação Patrimonial em Caibaté parte do seguinte enunciado: como e com que propósito, desde 1928, a sociedade do município de Caibaté foi incentivada a lembrar o martírio dos padres, transformando Caaró no lugar de memória, assim como, os diversos setores público, privado e sociedade civil organizam e incentivam a Romaria do Caaró. Ao mesmo tempo, busca-se verificar se esta sociedade reconhece este evento e seu lugar de memória, o Santuário (como lugar de martírio e, portanto, sagrado) como patrimônio cultural de sua cidade. Assim, problematizamos o tema a partir da análise das representações sociais produzidas no município de Caibaté em relação ao Santuário e a Romaria do Caaró, a fim de compreender de que forma esta expressão do patrimônio cultural caibateense foi construída socialmente e utilizada tanto política quanto economicamente por setores do município. Desdobramos essa análise na caracterização da importância de verificar a percepção da comunidade local, regional e nacional quanto a este bem cultural. Para tal, temos utilizado diferentes fontes históricas, patrimoniais e orais sobre o tema.

Ao ligarmos a Educação Patrimonial a Educação Histórica, fazemos a opção da literatura publicada por Jörn Rüsen, Isabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt.⁸ A partir desses autores compreendemos a Educação Histórica enquanto uma investigação que busca respostas referentes ao desenvolvimento do pensamento histórico e a formação da consciência histórica de crianças e jovens, porém, como expõe Rüsen, não devemos compreender a consciência histórica circunscrita ao ensino de história, mas as experiências, as práticas das comunidades locais, as populações que se remetem para uma compreensão de si no passado e do passado em si, a luz das dúvidas do tempo presente. Porém, além dessa discussão, consideramos oportuno avaliarmos também a

⁸ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001; **Reconstrução do Passado**. Tradução Asta-Rose Alcaide. Brasília: EdUnB, 2007; **História Viva**. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2007. SCHMIDT, Maria Auxiliadora e BARCA, Isabel. **Aprender História: perspectivas da Educação Histórica**. Ijuí-RS: EdUNIJUÍ, 2009. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: EdUFPR, 2010.

discussão vinculada à tendência historiográfica da Nova História,⁹ que proporcionou novas abordagens e novos objetos na pesquisa histórica contemporânea, favorecendo o aparecimento de novos problemas e novos métodos que renovaram os domínios de uma historiografia convencional, formal. Baseada em uma multiplicidade de fontes documentais, sejam elas escritas, orais, produtos de escavações arqueológicas, ou expressões do patrimônio cultural, em geral, esta tendência também proporcionou o diálogo com outras áreas do conhecimento, como a literatura, a filosofia, a antropologia, a arte e a geografia. Dessa forma, questões ligadas ao imaginário, à memória coletiva e às representações sociais tornaram-se objeto de estudo dos historiadores ligados a esta corrente.

Apoiados por uma base deixada por historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch que criaram a revista *Annales*¹⁰ em 1929 e romperam com a abordagem factual positivista de escrita da história, os adeptos da Nova História ampliaram ainda mais o campo de pesquisa do historiador. Intensificada a partir dos anos 1960, esta corrente historiográfica passou a formular problematizações em torno dos objetos de estudo, os quais variaram entre as mentalidades, o cotidiano e, principalmente, os excluídos da história como, as mulheres, os negros, os indígenas e as massas trabalhadoras.

Como se pode perceber, os historiadores da Nova História buscam através destes novos objetos de estudo, não só romper com a tradição historiográfica formal positivista ou marxista, como também analisar as estruturas dos acontecimentos, ao invés de apenas narrá-los. Optamos por esse método visto que é nossa intenção oportunizar aos diversos atores sociais envolvidos “vez e voz”, direcionando nosso foco de atenção para

⁹ “Posta em órbita com *Faire de l’histoire* (Le Goff, Nora, 1974), oficializada com o lançamento da obra coletiva *La Nouvelle Histoire* (1978), a gestação da nova corrente remonta aos anos 1960. Saída da filiação dos “*Annales*” à École Pratique des Hautes Études, essa corrente, constituída majoritariamente de medievistas e de modernistas, deve muito a Braudel, sucessor de Febvre, mas também a Georges Duby, Roberte Mandrou, notadamente, iniciadores e em seguida atores”. TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Tradução Maria Leonor Loureiro. – Bauru, SP: Edusc, 2000, p. 119.

¹⁰ “Originalmente chamada *Annales d’histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie* de Vidal de la Blache, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história”. BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p.23.

as culturas populares, ampliando suas fontes e examinando uma variedade maior de evidências que contribuíram para suas pesquisas.

No processo de escrita da história, ligada a essa reorientação, para alguns autores, como Veyne, “*a história é narrativa de acontecimentos: tudo o resto daí decorre.*”¹¹ Nesse sentido, o autor destaca que para o historiador narrar os acontecimentos, ele necessita dos documentos, monumentos, testemunhos e demais fontes para registrar o ponto de vista daquele que está relatando o acontecido, visto que, a narrativa histórica é passiva de variações. Neste contexto, o Patrimônio Cultural é significativamente relevante para o processo de escrita da história, pois a sua atuação, enquanto elemento do passado no presente serve como fonte de análise para os estudos que tem por objetivo estabelecer a relação entre a história e patrimônio cultural das sociedades. Com relação ao conceito de Patrimônio Cultural, Dias afirma que:

O patrimônio cultural é considerado, atualmente, um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais. O patrimônio cultural é composto por elementos tangíveis e intangíveis – tradições, literatura, língua, artesanato, dança, gastronomia, vestimenta, manifestações religiosas, objetos e materiais históricos, arquitetura etc. – tanto do passado quanto do presente, os quais, no seu conjunto, caracterizam um agrupamento social, um povo, uma cultura.¹²

Percebe-se através desta definição, que os objetos e materiais históricos, constituem-se em elementos inseridos no Patrimônio Cultural, como é o caso dos objetos, documentos, mapas e fotos que compõem o Santuário e a Romaria do Caaró, enquanto lugar de memória missioneira construída. Todos estes elementos, inseridos em um contexto de reconstrução da história da Romaria e do Santuário em Caibaté – RS manifestam a intenção desta sociedade em estabelecer a relação entre um fato histórico do passado para legitimar um patrimônio cultural do presente.

¹¹ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Tradução de Antônio José da Silva Moreira. – Lisboa/Portugal: Edições 70, 1987, p. 14.

¹² DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 68-69.

É neste contexto, que a partir da década de 1990, parte da sociedade caibateense, principalmente ligada à política e ao setor turístico religioso, trata de incentivar a população local, através de representações sociais, a apropriar-se de alguns aspectos dos acontecimentos ligados aos movimentos de 1927, que deu origem a Romaria do Caaró. Contudo, se o objetivo inicial era promover a fé dos católicos, gradativamente foi incorporado o turismo religioso e a legitimação do patrimônio cultural de Caibaté foi sendo alterado, através de mudanças pertinentes, em seus diferentes momentos. Na medida em que se buscou um passado missioneiro – a época de ouro da região – perdido em meio a História e a Memória, as narrativas de imigração foram silenciadas restando-lhes o esquecimento, num processo de disputas de hegemonização do passado missioneiro jesuítico-guarani da região e particularmente nessa disputa, a metáfora de Caibaté – lugar de derrota das tropas guarani-missioneiras de 1756 – adquire uma força irresistível, apresentando-se como uma forma de recuperar e restaurar o passado perdido, mediante um tempo presente idealizado. Sobre a relação das sociedades com seu passado histórico Sandra Pesavento afirma que:

Todas as sociedades ao longo de sua história, elaboram para si um sistema articulado de ideias e imagens de representação coletiva, através do qual constroem sua identidade. Articula-se assim todo um imaginário social que inclui uma visão sobre o passado, a construção de personagens-símbolos e a atribuição de valores, características e hábitos a povos que habitam uma determinada região.¹³

O esquecimento da presença dos imigrantes europeus é evidenciada em diferentes falas, entrevistas e acentuada no depoimento do jovem caibateense Mauro Marx Wesz, que ao lembrar de sua formação educacional comprova que o evento do martírio e o seu conjunto de símbolos que o cercam é ferramenta atuante na rede escolar da Caibaté:

Basicamente no ensino fundamental, o qual estudei na Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora Conquistadora, frisava o aspecto dos Três Mártires, mas sempre com ênfase na importância em que esses missionários adoravam à Virgem Maria. Inclusive [existe] um grande quadro no corredor, na entrada do colégio, relembra sempre essa questão [...] a história da comunidade caibateense em si não foi esclarecida, quase como não houvesse

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Gaúcho, integração do múltiplo**. In: KERN, Arno Alvarez. Rio Grande do Sul-Continente Múltiplo. Porto Alegre: Riocell/Marpron, 1993. p. 13.

interesse algum explicar a história da comunidade [de imigração europeia] para os alunos.¹⁴

Para que esta relação entre passado histórico e o tempo presente atue nas sociedades, em particular em Caibaté, é indispensável levar em consideração o processo de produção de representações sociais, ou seja, vincular a memória de Wesz a representação do passado histórico, que corporifica a história da comunidade local em detrimento de outras histórias, outras identidades como a de origem italiana, polonesa ou alemã.¹⁵ Chartier é aqui pautado porque estabelece como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente.¹⁶ Dessa forma, percebemos as possíveis representações produzidas acerca do martírio dos jesuítas, desde 1927, cuja finalidade é fazer com que a população local o reconheça como um dos elementos do patrimônio cultural caibateense, estimulando a economia através do turismo e promovendo algumas lideranças políticas locais. Contudo, ao analisar esse patrimônio, percebe-se a busca de um passado perdido em detrimento de uma idealização do presente, justificando assim as relações sócio-culturais e religiosas.

Para Chartier as representações sociais podem ser concebidas como algumas das respostas que as coletividades dão aos seus conflitos, divisões e opiniões manifestadas distintamente, constituindo uma força reguladora da vida cotidiana e coletiva, pois é no centro das representações e dos imaginários, que o problema da legitimação do poder e da afirmação dos grupos se encontra. “*O grupo que detém o poder de definir os canais de representação, dentre eles a interpretação atribuída ao passado, detém, conseqüentemente, o poder de impor a visão e a divisão do mundo social que melhor lhe convém.*”¹⁷ Por isso, as representações sociais tornam-se produzidas através dos discursos, sejam eles orais ou escritos.

Outro aspecto relevante é a relação entre o passado e o presente através das diferentes interpretações que os grupos fazem do “seu” passado a partir das experiências

¹⁴ Depoimento de Mauro Marx Wesz, estudante do curso de História da UFSM, em 20/03/2011.

¹⁵ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro, 1994.

¹⁶ CHARTIER, Roger. Op. Cit., p. 21.

¹⁷ POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missionarismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009, p. 46.

no presente. Neste caso, as representações produzidas por estes grupos estarão condicionadas a concepções, convicções e opiniões baseadas no tempo presente. Principalmente no que diz respeito às ações políticas do passado, as representações serão produzidas no presente de acordo com a realidade que se apresenta no momento atual, baseada em interesses individuais ou coletivos. Desta forma, o passado é revivido e posto em atuação através da produção de representações sobre ele, como se evidencia na relação entre o ocorrido em 1628 e o momento atual, onde o distanciamento de três séculos é minimizado e reinterpretado pela comunidade local a partir de ações concretas na atualidade. Essa aproximação é perceptível no depoimento de Dom Estanislau Kreutz, na 77ª Romaria, em 2010:

Nossos Três Missionários nos legaram um testemunho maravilhoso de dedicação total em favor da humanização e da evangelização dos povos indígenas. Viviam no dia-a-dia um verdadeiro martírio, por antecipação, através de toda a sorte de privações, trabalhos perigosos [...] O martírio cruento para eles nada mais foi do que um feliz coroamento de toda a vida apostólica.¹⁸

Em se tratando do processo de representações sociais se faz necessário articular essa categoria ao imaginário, já que a produção da representação irá atuar na sociedade através do imaginário. Para compreender o imaginário nos pautamos em Bazcko¹⁹ que o refere como a forma a partir da qual a sociedade organiza o conjunto de suas representações, ou seja, é na comunidade local onde as representações sociais produzidas por determinados grupos, irão atuar em determinadas sociedades. O controle do imaginário social está ligado ao controle da vida coletiva, a partir da produção de discursos nos quais se reúnem as representações sociais atuantes nas sociedades através do imaginário. Da mesma forma, Bazcko coloca que os imaginários sociais fornecem sistemas de orientações, informações e valores que operam por meio de simbolismos estruturados e construídos a partir de desejos, aspirações e motivações. Também através do imaginário, as sociedades estabelecem e distribuem papéis e posições sociais,

¹⁸ Depoimento de D. Estanislau A. Kreutz, 15/11/2010.

¹⁹ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memórias e esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991, p. 18. Também consideramos a definição de imaginário contida no Dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa: “o conjunto de símbolos e atributos de um povo ou determinado grupo social”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1077.

impõem crenças e regras de conduta, influenciam e produzem representações de si e de outros grupos.

O domínio do imaginário é amplamente disputado pelos diferentes grupos que compõem as sociedades, pois é constituído pelo conjunto das representações produzidas pelos próprios grupos. Toda a cultura possui o seu imaginário, e é nele que ocorrem os embates para promoção de modelos ideológicos, econômicos e familiares. Dessa forma, pode-se subentender que também a intenção de legitimar um local de memória como patrimônio cultural, passa pela atuação das representações no imaginário das sociedades.

Ao nos referirmos ao imaginário como local de atuação das representações sociais, torna-se imprescindível destacarmos a atuação da memória²⁰ como elemento de influência no processo de legitimação do patrimônio cultural através dos discursos de diferentes grupos ou instituições. A memória pode afirmar, alterar ou criar concepções que dizem respeito a eventos do passado rememorados no presente estabelecendo, desta forma, a relação entre passado e presente. *“A distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência coletiva, em especial na consciência social histórica.”*²¹

Dessa forma, a memória social ou coletiva, é amplamente regulada, tanto pela oralidade quanto pela escrita para demonstrar a sua aceitação, ou não, em relação aos seres atuantes da sociedade e suas ideologias. *“É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida.”*²² A tentativa de influenciar a memória coletiva faz parte de um processo que tem por finalidade atuar no imaginário coletivo através das representações produzidas pelos diferentes grupos integrantes da sociedade.

²⁰ “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Tradução Bernardo Leitão. – Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 423.

²¹ Idem, p. 204.

²² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006, p. 32.

Considerações finais

A iniciativa para desenvolver a presente comunicação foi alavancada por discussões acadêmicas, em virtude da necessidade de se realizar uma pesquisa científica com relação a Romaria do Caaró, elemento integrante da diversidade patrimonial existente na Região das Missões, e um dos principais pontos turísticos do Rio Grande do Sul. Torna-se relevante a pesquisa tendo como objeto de estudo e as possíveis interpretações da formação e organização do Santuário e Romaria do Caaró e o papel relevante da população da Caibaté, à medida que este como expressão do patrimônio cultural missioneiro, foi construído socialmente a partir de discursos e produções de representações sociais, para que fosse utilizado política e economicamente por grupos ou instituições desta sociedade. Cabe à pesquisa, verificar não apenas isto, como também, a percepção da sociedade caibateense e dos demais visitantes do Santuário do Caaró, quanto ao reconhecimento deste como elemento integrante do patrimônio cultural de Caibaté.

Em razão disso, entendemos que o entrecruzamento da metodologia da Educação Patrimonial com a da Educação Histórica assume relevância quando tem por proposta analisar de que maneira a população caibateense se utiliza dos eventos que marcam a organização da romaria, desde 1927, efetivada em 1933, até o presente, para implantar e divulgar o Santuário e a Romaria do Caaró direcionado à revisão, reconstrução, ressignificação destes acontecimentos históricos, reunindo através de objetos, documentos e fotos elementos característicos e expressivos para a constituição de um patrimônio cultural ligado a história do martírio dos jesuítas no século 17. Dessa forma, pretende-se analisar como as sociedades missionárias e em particular a de Caibaté construíram socialmente e utilizam-se deste patrimônio política e economicamente, principalmente em uma região onde a expressão de patrimônio cultural predominante, tanto material quanto imaterial, diz respeito ao passado missioneiro de matriz jesuítico-guarani, nem sempre pertinente a sua realidade e silenciando outros atores sociais: os imigrantes de origem européia.

Igualmente de forma central, esse projeto se justifica pela atualidade e necessidade de verificar o entendimento e o reconhecimento da sociedade do município de Caibaté quanto aos eventos articulados a Romaria do Caaró como elemento

integrante do patrimônio cultural missioneiro, o qual, como citado anteriormente, está profundamente ligado aos antecedentes históricos da localidade. Dessa forma, no momento em que o mundo acadêmico discute a relevância e a multiplicidade das questões identitárias, em uma região historicamente ligada ao passado jesuítico-guarani, também deve-se assumir a importância de verificar e analisar os métodos e possibilidades empreendidos em um processo de construção social que busca em um passado mais recente, elementos para legitimar expressões de patrimônio cultural, que às vezes estão ligadas ao passado colonial reducional e às vezes parecem que não.

Além disso, outra questão a ser destacada diz respeito à preservação da memória local, indispensável para o fortalecimento da identidade. Neste caso, os acontecimentos históricos assumem relevância no contexto social das comunidades, servindo como instrumento de recuperação do passado e impulsionando o desenvolvimento local através de seus monumentos.

Dessa forma, o diálogo metodológico entre a Educação Patrimonial e a Educação Histórica contribuem para a recuperação do passado da comunidade da Caibaté – inclusive o jesuítico-guarani. Pois, se a Educação Patrimonial tem por objetivo a preservação e valorização do patrimônio cultural de Caibaté e do Caaró, suas ações concretas se viabilizam através da Educação Histórica, já que é impossível a preservação e a valorização sem a consciência histórica crítica do evento. A compreensão dos métodos adotados pela educação Patrimonial e Educação Histórica, podem favorecer no aprofundamento da ação educativa de recuperação, preservação e valorização do Santuário do Caaró, enquanto lugar da memória missioneira, entretanto, vinculado aos diferentes grupos sociais que formaram a sociedade caibateense. Ainda convém destacar que o Santuário é corporificado com a Romaria do Caaró, expressão da cultura imaterial que se efetiva a partir das linguagens, rituais, gestos, comportamentos, códigos, traduzidos e significados na consciência histórica do passado histórico da região.

Ao expormos os nexos entre a Educação Patrimonial e a Educação Histórica, estamos favorecendo a compreensão das representações sociais, formuladas no âmago da comunidade local, bem como a compreensão do imaginário coletivo popular, que reproduz de forma acrítica, por exemplo, o martírio, o milagre, a relíquia, traduzindo esses símbolos nos limites do universo simbólico cristão. Nesses nexos também pode-se

articular as categorias de consciência histórica e valorização patrimonial, a fim de ampliar a compreensão do patrimônio cultural caibateense, a construção de suas tradições, identidades culturais, os sentimentos de pertença e ligação com o passado distante, recriado, ressignificado dinamicamente desde 1927 e, principalmente, os motivos pelos quais as populações caibateense adotam uma identidade missioneira de matriz jesuítico-guarani em detrimento de outras identidades recalcadas.

Por fim, espera-se que esta pesquisa em andamento siga o seu itinerário e possamos contribuir para novos estudos que relacionem os acontecimentos do passado às diferentes expressões do patrimônio cultural nas sociedades, possibilitando o reconhecimento destes elementos culturais e reafirmando as identidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZCZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memórias e esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

_____. **Imaginação social**. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. – Tradução Fernando Tomaz. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 11 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

BRUM, Ceres Karan. **Esta terra tem dono: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. Tradução Guy Reynaud. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru/SP: Edusc, 2002.

GARCIA, Elisa F. **As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**. Como os Exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos Jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750-1761). Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006.
- KOTHER, Beatriz. Patrimônio Histórico e turismo. In: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; LANGER, Protasio P. **Os Guarani-Missionários e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)**. Porto Alegre: Martins-Livreiro-Editor, 2005.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. – Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Tradução Bernardo Leitão. – Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: UNESP, 2003.
- MAEDER, Ernesto J. A. **Misiones del Paraguay: conflicto y dissolución de la sociedad Guaraní (1768-1850)**. Madrid: MAPFRE, 1992.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- NEUMANN, Eduardo S. **O trabalho Guarani missionário no Rio da Prata colonial, 1640-1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1996.
- NEUMANN, Eduardo S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz A., KUHN, Fábio, GUAZZELI, César A. B. E NEUMANN, Eduardo S. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.
- NEUMANN, Eduardo. **Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)**. Tese de Doutorado. PP em História Social, UFRJ, 2005.
- NEUMANN, Eduardo S. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas Reduções – séculos XVII & XVIII. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson (coordenação geral); KERN, Arno A., SANTOS, Maria C., GOLIN, Tau. **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, V).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Gaúcho, integração do múltiplo**. In: KERN, Arno Alvarez. Rio Grande do Sul-Continente Múltiplo. Porto Alegre: Rio cell/Marpron, 1993.
- POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missionarismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.
- PORTUGUEZ, Anderson (org). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.
- QUARLERI, Lia. **Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuítas e impérios coloniales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.
- RODRIGUES, Marly. Preservar e construir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org). **Turismo e patrimônio cultural**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Tradução Maria Leonor Loureiro. – Bauru, SP: Edusc, 2000.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de Antônio José da Silva Moreira. – Lisboa/Portugal: Edições 70, 1987.
- VITOR, Amílcar G. Memorial Coluna Prestes: a construção social de um patrimônio cultural santo-angelense. Projeto de Pesquisa do PPG Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Santa Maria: UFSM, 2009.